

**Participação e desenvolvimento: um estudo nas ocupações
irregulares ao longo do Rio Mimbi – Foz do Iguaçu/Paraná**

***Participación y desarrollo: un estudio en ocupaciones irregulares a
lo largo del Río Mimbi – Foz do Iguaçu/Paraná***

***Participation and development: a study in irregular occupations
along the Mimbi River – Foz do Iguaçu/Paraná***

Jocemir Falcão de Mello

Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento
Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA
historiafalcao@hotmail.com

Gilson Batista de Oliveira

Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR
Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento e do
Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Integração Latino
Americana - UNILA
profgilsonoliveira@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo investigar como a população local se mobiliza em prol de seus direitos, para a então, sugerir a implementação de políticas públicas destinadas a solução dos problemas existentes nas ocupações irregulares Jardim São Paulo, Jardim São Luiz e Jardim Guarapuava, localizadas ao longo do rio Mimbi no município de Foz do Iguaçu, Paraná. A área irregular é constituída de maneira geral de uma população com baixa renda, baixa escolaridade, e o local é carecido de serviços públicos, onde a comunidade tem acesso dificultado a direitos como o saneamento básico, o que gera outros problemas que envolvem a saúde pública. Trata-se de uma revisão teórica por meio de pesquisa qualitativa sobre políticas públicas, planejamento urbano e mobilização social. A escolha desse tema se deu pela sua elevada importância no âmbito social, uma vez que governantes e a população devem relacionar-se de modo a favorecer o desenvolvimento de políticas públicas que assegure a todos o direito a moradia digna, por meio de estratégias que envolvam um planejamento urbano eficaz. Nesse estudo foram analisados artigos e livros que abordam sobre as políticas públicas, planejamento urbano e que retratam a influência das mobilizações sociais, como estas vêm se comportando para que os direitos das classes mais necessitadas sejam garantidos, principalmente no que tange a moradia, saúde e educação.

Palavras-chave: Ocupações Irregulares; Planejamento urbano; Mobilização social.

ABSTRACT

The present work aims to investigate how the population local government mobilizes in favor of its rights, so that it can then suggest the implementation of public policies aimed at solving existing problems of irregular occupations Jardim Sao Paulo, Jardim Sao Luiz and Jardim Guarapuava, located along the Mimbi River in the municipality of Foz do Iguassu, Parana. The irregular area is constituted in general of a population with low income, low education, and the place is lacking in public services, where the community has difficult access to rights such as basic sanitation, which generates other problems that involve public health. This is a theoretical review through qualitative research on public policies, urban planning and social mobilization. The choice of this theme was due to its high importance in the social sphere, since government officials and the population must relate in order to favor the development of public policies that ensure the right to decent housing for all, through strategies that involve effective urban planning. This study analyzed articles and books that address public policies, urban planning and that portray the influence of social mobilizations, as they have been behaving so that the rights of the most needy classes are guaranteed, especially with regard to housing, health and education.

Keywords: Irregular Occupations; Urban planning; Social mobilization.

RESUMEN

El alcance de este trabajo es investigar cómo la población local se moviliza a favor de sus derechos, para luego sugerir la implementación de políticas públicas orientadas a solucionar los problemas existentes en las ocupaciones irregulares Jardim São Paulo, Jardim São Luiz y Jardim Guarapuava, ubicadas a lo largo del río Mimbi en el municipio de Foz do Iguaçu, Paraná. La zona irregular generalmente está conformada por población de bajos ingresos, baja educación y el lugar carece de servicios públicos, donde la comunidad tiene difícil acceso a derechos como el saneamiento básico, lo que genera otros problemas de salud pública. Se trata de una revisión teórica a través de una investigación cualitativa sobre políticas públicas, planificación urbana y movilización social. La elección de este tema se debió a su alta importancia en el ámbito social, ya que gobiernos y población deben interactuar para favorecer el desarrollo de políticas públicas que garanticen a todos el derecho a una vivienda digna, a través de estrategias que involucren una planificación urbana efectiva. En este estudio se analizaron artículos y libros que tratan sobre políticas públicas, urbanismo y que retratan la influencia de las movilizaciones sociales, cómo se han comportado para que se garanticen los derechos de las clases más necesitadas, principalmente en materia de vivienda, salud y educación.

Palabras clave: Ocupaciones irregulares; Planificación urbana; Movilización social.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo de expansão demográfica e a urbanização do território nacional têm ocorrido de maneira acelerada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1950 até os dias atuais, a população urbana brasileira cresceu de 11 milhões para 140 milhões. Esse crescimento tem suas causas advindas do processo de industrialização no país em conjunto com o desenvolvimento econômico, o que ocasionou um aumento expressivo da população em centros urbanos, em busca de trabalho e melhoria da qualidade de vida (IBGE, 2010).

Entretanto, esse processo dá origem ao problema das ocupações irregulares, observadas em praticamente todas as cidades do país, visto que a ausência de um planejamento urbano e de políticas públicas com vistas ao ordenamento das cidades reflete em ocupações desordenadas e predatórias do território que comumente não recebem a atenção necessária dos setores governamentais, o que contribui para a origem dos assentamentos urbanos precários – a exemplo de favelas, cortiços e loteamentos clandestinos e irregulares (MASSONETTO *et al.*, 2011).

A existência de moradias irregulares tem relação direta com questões sociais e econômicas. Tais moradias são caracterizadas por ser constituída de população com baixa renda, baixa escolaridade e estabelecem-se geralmente em áreas carentes de serviços públicos,

como postos de saúde, escolas, saneamento e energia elétrica (TRATA BRASIL, 2016).

No município de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, o cenário em meio a essas ocupações irregulares não é diferente. A cidade enfrenta problemas da mesma ordem no que concerne à temática. As áreas irregulares, a ausência de um planejamento urbano e de políticas públicas, com vistas a propiciar moradia digna à coletividade, e a deficiência de processos de fiscalização, contribui para a ocupação das margens de rios e loteamentos clandestinos ou irregulares, em áreas urbanas.

Assim, a presente pesquisa, tem por escopo o estudo das comunidades em torno do rio Mimbi, que é um importante afluente do Rio M'Boicy, localizado na região central do município de Foz do Iguaçu, que abriga um complexo de bairros (Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava), onde a população local enfrenta recorrentes problemas, dentre os quais os alagamentos se destacam devido ser esta a causa de outros tantos problemas relacionados a saúde desses indivíduos.

A pesquisa justifica-se uma vez que o tema possui alta relevância, sendo amplamente discutido nos âmbitos de esfera política, jurídica e social. Enquanto projeto, a proposta desse estudo refere-se à realização de uma pesquisa acerca da real situação dos moradores das ocupações irregulares ao longo do rio Mimbi, evidenciando as suas demandas econômicas e sociais, caracterizando a realidade no que diz respeito à moradia e condições de habitação.

Neste contexto, reflete-se quanto ao papel dos governantes no desenvolvimento de políticas públicas em prol da comunidade, e quanto ao papel da comunidade e sua influência na tomada de decisão, o que levanta os seguintes questionamentos:

- Como a comunidade das ocupações irregulares vem se mobilizando e se organizando para tentar melhorar, por meio de políticas públicas, a qualidade de vida das pessoas que lá residem?

Para nortear a pesquisa, primeiramente, tem-se como pressuposto que, diante da demanda por moradia, a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu foi ineficiente em planejar, organizar e idealizar políticas habitacionais para a população de baixa renda, principalmente, para a população que ocupou irregularmente as margens do Rio Mimbi. Não obstante, a população vem buscando alternativas para cobrir a ausência do poder público se organizando ou se associando em pequenos grupos de moradores para resolver os problemas econômicos e sociais da comunidade.

Para abordar a problemática levantada, tem-se como objetivo estudar de que maneira a comunidade das ocupações irregulares ao longo do Rio Mimbi se mobiliza e se organiza em prol dos seus direitos, haja vista que isso pode influenciar na criação de políticas públicas destinadas a atender e a melhorar a qualidade de vida dos residentes.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL, ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO COMO INDUTORES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Conforme Gohn (1997), as mobilizações sociais ou os movimentos sociais são definidos como ações coletivas de caráter sociopolítico e culturais, construídas por atores de diferentes classes e camadas sociais. As ações se organizam a partir de repertórios e demandas que produzem identidades aos seus participantes. Os participantes operam via passeatas, protestos, marchas, jornadas, manifestações, concentrações, caminhadas etc... Os mesmos se relacionam por meio das redes sociais, redes temáticas, redes institucionais. Acontecem para reivindicar várias demandas sociais, principalmente das classes minoritárias (mulheres, índios, negros, gays, lésbicas, entre outros) lutam para que seus direitos sejam concedidos por meio de políticas públicas, que reconheçam a diversidade e a necessidade de uma sociedade mais justa, que favoreçam de forma equitativa os indivíduos que a compõe. A autora diz ainda que vários temas são catalizadores dos movimentos sociais: a fome, os direitos humanos, a questão urbana, rural, ambiental, trabalhista e sindical, movimentos identitários e culturais, movimentos religiosos, movimentos no setor de comunicações devido à importância que a mesma representa para as relações, movimentos globais e também movimentos relacionados à política.

Para Toro e Werneck (2018) as mobilizações são caracterizadas por grupos sociais que defendem um objetivo comum. Os autores advertem que não se deve confundir mobilização social com manifestações que envolvem a busca de um rápido resultado. A

mobilização social em prol de um tema, ou demanda social requer dedicação, ação contínua e prática por parte de todos do grupo. Na opinião deles, os direitos conferidos na Constituição Federal de 1988, como a dignidade da pessoa humana, soberania e cidadania, na prática são construídas por meio das mobilizações sociais, ou seja, são as mobilizações sociais que fazem valer esses direitos por meio da democracia, do reconhecimento da diversidade e das demandas de uma sociedade ou de um grupo específico.

Em relação ao desenvolvimento, pode-se verificar que a mobilização e a participação social podem auxiliar nesse processo. Porém, neste novo milênio, com a concepção da *internet* e das redes sociais, talvez, a falta de identidade acabou desmistificando o movimento popular. O esforço coletivo, sempre existiu, mas as tendências acabam se transformando com o passar dos anos. A chamada liberdade *online* pode ser o primeiro estopim de um movimento, mas as ideias utópicas não estão bem caracterizadas. Ou seja, não basta apenas se mobilizar, mas as tendências devem estar de acordo com os pedidos e as reivindicações. Assim, observa-se que fica melhor para poder inovar e resolver problemas. Entretanto esta colmeia digital, também sofre críticas. O esforço coletivo acaba reproduzindo vidas rotineiras de um emaranhado de informações, que acaba nivelando por baixo o produto final reivindicatório (MELLO, 2021).

A partir do exposto, compreende-se que na tentativa de sobreviver em meio a tantas desigualdades a ideia do associativismo, fortemente destacado a partir das mobilizações da década de 1990

no Brasil, auxilia os grupos de minorias, que de forma organizada fortalece sua classe por meio de práticas associativas e descentralizadoras de poder, que vão beneficiar o coletivo, e promover o desenvolvimento social em todas as suas dimensões. Assim amplia-se o debate de que o associativismo na perspectiva do desenvolvimento sustentável de uma dada população pode trazer melhoria nas condições de vida da mesma.

ASSOCIATIVISMO E DESENVOLVIMENTO

Clemente *et al.* (2020) explica que o associativismo emerge da necessidade coletiva e individual, onde de forma organizada o homem forma grupos em torno de objetivos comuns. Desta forma, em associações os membros dos grupos cooperam entre si o que aumenta a chance de os mesmos obterem êxito no que diz respeito ao desenvolvimento espacial, territorial, econômico ou social.

Oportuno mencionar o texto de Frantz (2002) sobre o associativismo:

(...) potencialmente, o associativismo, a cooperação, contêm o desenvolvimento local (...). A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas (FRANTZ, 2002, p. 25).

Nas palavras de Lucas (2020), o associativismo “é qualquer iniciativa formal ou informal, que reúna um grupo de pessoas ou empresas, com o principal objetivo de superar dificuldades e gerar

benefícios comuns: econômicos, sociais e políticos”. Estes princípios transformam-se em melhoria nas condições de vida, de uma população. Como exemplo de tais melhorias menciona-se a redução de impostos, investimento em saúde, segurança e educação e o desenvolvimento local por meio de arranjos produtivos. Algumas das possibilidades existentes podem ser articuladas no âmbito social, como instrumentos facilitadores do desenvolvimento¹ local, territorial e endógeno² remetendo-nos a uma nova concepção, repensando a atuação do indivíduo na sociedade.

Conforme o autor, uma das maiores vantagens do associativismo é a união dos associados. Juntos, estes passam a representar uma força transformadora na comunidade, tendo em vista que em união, os membros participantes são mais fortes. O associativismo é uma forma natural de preservar e fortalecer interesses de grupos seja na esfera social, política, econômica ou ambiental. Assim, uma associação caracteriza-se como um instrumento que envolve o compromisso com o bem comum. Trata-se de dois ou mais membros que representam e defendem os interesses e objetivos comuns dos associados (LUCAS, 2020).

Conforme Leonello e Cosac (2008) o associativismo é uma das maneiras de mobilização social. Todavia, assim como para outras

1 Conforme Reis (2012) o desenvolvimento compreende três esferas: i) Social (acesso à saúde, moradia, alimentação etc...); ii) Econômico (emprego e renda para a população); e iii) Política (no sentido de prover a população de benefícios sociais, políticas públicas).

2 O termo desenvolvimento endógeno abrange o desenvolvimento local e territorial, convergindo das experiências de interação dos atores locais na formação de estratégias que vão influenciar diretamente na dinâmica econômica e na formação de políticas públicas que atendam as demandas da população local. Assim, entende-se que os termos desenvolvimento local, territorial e endógeno estão interligados (REIS, 2012).

formas de mobilizar-se é necessário o interesse na permanência do desenvolvimento de ações coletivas que objetivam o desenvolvimento de uma localidade ou região. A capacitação dos envolvidos é de suma importância para que não se deixe de perceber as oportunidades que vão conferir vantagem competitiva em relação a outras regiões, por exemplo. Por este motivo investimentos no capital humano deve ser uma das prioridades dentre as ações. Para manter o foco da presente pesquisa é importante mencionar que no país os movimentos sociais em torno do direito à moradia vêm trilhando uma árdua jornada a partir de uma alta demanda. A cooperação entre política e sociedade organizada resultou em uma mobilização social.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO

O desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica em uma contínua ampliação da capacidade de geração e agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, na retenção do excedente econômico gerado na economia local e na atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local/regional gerada por uma determinada atividade econômica (MARAL FILHO, 2002).

Na perspectiva do desenvolvimento como melhorias na qualidade de vida de uma população, a participação social destaca-se como estratégia chave na promoção da mesma. Quando a

comunidade se envolve de maneira participativa mobilizando-se em prol de seus direitos, torna-se possível que os objetivos comuns da mesma sejam pautados e interfiram na agenda pública, por exemplo, permitindo o desenvolvimento de uma região. Entretanto, em uma população nem todos estão dispostos a participarem. Desta forma, muitas vezes a sociedade precisa ser estimulada para que se manifeste em favor do bem comum a todos (ROCHA; BURSZTYN, 2005).

Desta forma entende-se que para impulsionar o desenvolvimento local é necessária articulação entre os fatores sociais, políticos e econômicos. Considerado como um processo endógeno, onde pequenos grupos transformam o ambiente social e econômico, em nível local, por meio das capacidades e potencialidades que envolvem a localidade, considerando seus recursos humanos, estimulando novos arranjos produtivos, de maneira sustentável, que considere a conservação dos recursos naturais (LEONELLO; COSAC, 2008).

Para Sant'Anna e Oliveira (2019, p.16) o crescimento econômico de uma região ou território pode ser transformado em desenvolvimento por meio da participação social aliada à gestão compartilhada entre setores públicos e privados. Os autores asseveram que “o desenvolvimento deriva do conteúdo das escolhas públicas e da capacidade dos agentes locais (públicos e privados) estabelecerem arranjos políticos entre os diferentes segmentos de atores presentes no território”. Dessa forma é possível combater as

desigualdades sociais, criar novas oportunidades de emprego e renda possibilitando na melhoria da qualidade de vida da população.

METODOLOGIA

A fim de atingir o objetivo proposto no presente estudo, tem-se como método empregado a pesquisa exploratória de cunho qualitativo. Segundo Minayo (2001, p.27) o trabalho de campo “consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento”, etapa que pode ser realizada por meio da combinação de entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional, etc. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias.

Na presente pesquisa de campo, as técnicas empregadas foram:

- realização de entrevistas por meio de questionário com os moradores das ocupações irregulares ao longo do rio Mimbi (Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava) a fim de obter informes contidos na fala dos atores sociais que vivenciam a realidade que está sendo focalizada e;

- observação participante, realizada através do contato direto do pesquisador com os moradores, no intento de conhecer a história de vida daquela população, sendo essa uma estratégia de compreensão da realidade, retratando as experiências vivenciadas. Como registros de fala dos participantes serão realizadas anotações

simultâneas, gravações e filmagens para construir os detalhes da pesquisa, além de fotografias como recurso de registro visual.

Após a realização das entrevistas e observação participante, conforme orientam Marconi e Lakatos (2003), o material coletado deverá ser organizado, analisado e interpretado. As entrevistas gravadas devem ser transcritas e analisadas através da técnica de análise de conteúdo.

Acerca da técnica de análise de conteúdo, Bardin (1977) a defini como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Segundo Bardin (2011) a análise de conteúdo apresenta uma linha a ser seguida ao qual se tem três etapas:

a) pré-análise do material coletado, que deve ser realizada com rigor e critérios bem definidos, por meio de leitura e edição, pois desta etapa resultará o corpus da pesquisa;

b) a exploração do material por meio do tratamento dos resultados. Nesta fase o material pode ser categorizado/codificado de acordo com os dados apresentados. Este passo permite que se defina com clareza o enfoque aos dados mais pertinentes em relação ao objetivo do trabalho ou para que se responda à pergunta norteadora da pesquisa e;

c) o terceiro passo, diz respeito à categorização das informações coletadas a partir da homogeneidade é possível então à inferência e/ou interpretação dos resultados.

QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA

Após a identificação do objetivo e da natureza do estudo definiu-se como instrumento de pesquisa algumas questões norteadoras do trabalho de campo:

1) Em sua opinião, por que as pessoas passaram a ocupar as margens do Rio Mimbi? E você, o que te trouxe para residir na comunidade?

2) Você sabe como a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais para a população de baixa renda da cidade? Os gestores públicos ouvem as demandas da comunidade?

3) A comunidade se mobiliza para tomar decisões em prol da coletividade ou possui uma associação de bairros?

4) De que forma a comunidade vem se organizando para influenciar no desenvolvimento das políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos moradores?

5) Quais iniciativas e ações da comunidade foram adotadas para melhorar a vida dos moradores?

A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

A pesquisa de campo foi concentrada nas lideranças locais e na percepção dos moradores mais antigos de cada comunidade ao longo do Rio Mimbi.

O primeiro passo para pesquisa de campo foi mapear as instituições, associações e movimentos sociais existentes nas comunidades das ocupações irregulares do Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava para, posteriormente, entrevistar as lideranças ou representantes. O segundo passo ocorreu através do diálogo com os moradores mais antigos, que possuem memórias históricas do território.

A pesquisa contou com a participação de onze (11) pessoas, sendo cinco (5) moradores mais antigos, quatro (4) representantes das associações de bairro (comunidade) e duas (2) lideranças (vereadores eleitos com defesa das pautas locais). Para preservar a identidade dos entrevistados foram utilizados pseudônimos para análise do conteúdo.

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, as entrevistas ocorreram por meio de aplicativo de mensagens (*whatsapp*) e visitas *in loco* nas comunidades selecionadas, com intuito de identificar as lideranças, e os moradores mais antigos. No período da pesquisa, também, ocorreu à observação participante através da interação em grupos abertos pela comunidade nas redes sociais, como o *facebook*.

RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

Após as entrevistas foi aplicado o método de análise do discurso para identificar os pontos convergentes nas respostas dadas. Assim, foi possível construir um gráfico sintetizador para cada questão feita aos moradores mais antigos, representantes e lideranças da comunidade.

Em relação à pergunta 1, antes de sintetizar a temática deve-se recordar a questão que indaga:

- Em sua opinião, por que as pessoas passaram a ocupar as margens do Rio Mimbi? E você, o que te trouxe para residir na comunidade?

O gráfico 1 aponta que 30% dos entrevistados justificam sua vinda para a localidade devido à falta de emprego e habitação. 20% alegam especificamente a falta de habitação, outros 20% além do problema da habitação vieram em busca de terras de baixo custo financeiro e 10% responderam que o desemprego e a terra a baixo custo os atraíram para o local. Na junção do percentual, a falta de emprego corresponde a 60% e a falta de habitação corresponde a 50% do total de entrevistados.

Gráfico 1: Respostas da pergunta 1- percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

Um dos entrevistados, fortemente engajado com as questões sociais do bairro, identificado aqui como “liderança A” relata que a mais ou menos 30 anos começaram a ocupar o complexo de bairros Jardim São Paulo, Jardim Guarapuava e Jardim São Luiz, sendo na grande maioria “pessoas desempregadas, que trabalharam na Itaipu, muambeiros (faziam travessias de produtos do Paraguai para o Brasil), pessoas que vieram do Paraguai que perderam suas terras, foram se concentrando as margens do rio”.

A Liderança A explica ainda que as condições de saneamento já foram mais precárias do que atualmente, e que sem recursos os moradores foram invadindo as áreas de proteção ambiental.

Outro morador, o Entrevistado A, também justifica a origem da comunidade devido a altas taxas de desempregados da usina de Itaipu, ou que perderam suas terras no país vizinho e precisavam recomeçar de alguma forma.

Na tentativa de esclarecer se os moradores têm conhecimento sobre o planejamento urbano do município a pergunta 2 questiona:

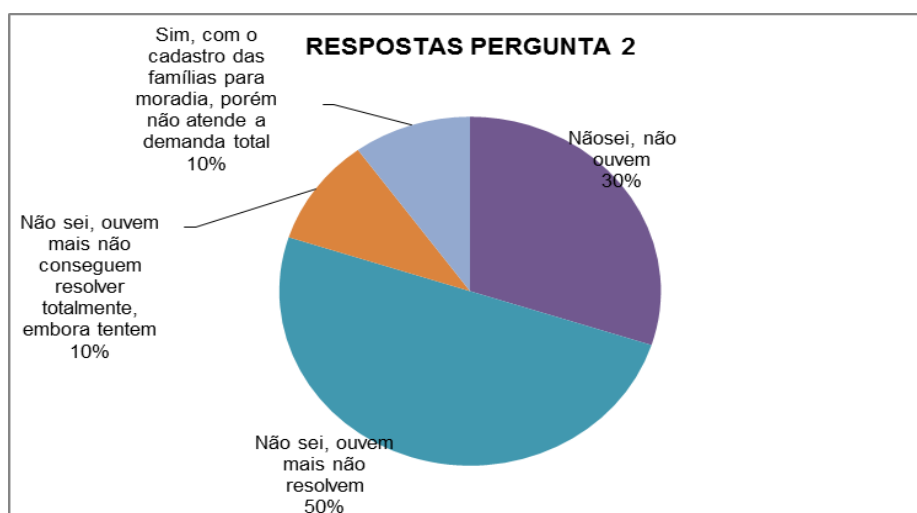
- Você sabe como a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais para a população de baixa renda da cidade? Os gestores públicos ouvem as demandas da comunidade?

Conforme gráfico 2, 10% dos moradores responderam que sim, sabem como a prefeitura planeja e implementam as políticas habitacionais e atribuíram ao cadastro das famílias. Entretanto, assumem que apesar de os mesmos serem ouvidos pelos gestores públicos, pouquíssimas famílias foram beneficiadas com a habitação já que a prefeitura não consegue atender o total da demanda que é muito grande. Outros 10% não souberam responder de que forma a prefeitura planeja e implementa as políticas de habitação, mas alegam que os gestores públicos ouvem, mas não conseguem atender a demanda dos moradores.

Porém 30% dos moradores foram categóricos ao responderem que não sabem de que forma a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais e que não são ouvidos pelos gestores públicos. 50% dos entrevistados responderam que não sabem de que forma a prefeitura planeja e implementa as políticas habitacionais, que os gestores ouvem, mas não resolvem.

Ao analisar no gráfico o total de percentual de moradores que se sentem ouvidos, porém não tem suas demandas atendidas, corresponde a 60%, ou seja, os moradores têm a plena convicção de que o poder público sabe exatamente os problemas da comunidade, porém nada faz.

Gráfico 2: Respostas da pergunta 2 - percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

Entretanto, conforme relato dos moradores, a associação da comunidade tem feito a sua parte participando ativamente cobrando o poder público para atuar com vistas à resolução dos problemas enfrentados pela comunidade e segundo informações da Liderança A:

[...] não tinha um planejamento específico, quanto à demanda, não ouviam no passado, e agora com a associação estamos fazendo ser ouvidas, os prefeitos anteriores não ouviam as demandas, não existia organização e urbanização dessa região, com isto estamos enfrentando toda essa situação de alagamentos, de infraestrutura precária, galerias que não comportavam as águas das chuvas, não fizeram nem um tipo de reorganização urbana e muitos dejetos jogados no rio Mimbi. Não há implementação de políticas habitacionais para a população de baixa renda, mas o que é possível notar é que os políticos só ouvem na troca de votos, depois somem [...]. Poucos vereadores trabalham pela nossa região [...].

Desta forma, a situação retratada no gráfico 2 condiz com a realidade descrita nas bibliografias consultadas e com a realidade encontrada na pesquisa de campo. As comunidades sentem-se abandonadas pela gestão dos governantes e lutam da forma que conseguem, mas sem ajuda não conseguem um resultado muito expressivo.

Importante destacar que embora 90% dos entrevistados reconheçam que não sabem de que forma se dá o planejamento e implementação de políticas habitacionais para a população de baixa renda, os 60% que afirmam serem ouvidos, demonstram conformar-se com o fato de que a alta demanda faz com que a gestão do município não consiga atender a maioria, o que soa como se fosse normal e aceitável, o que demonstra que existe realmente uma barreira que diz respeito ao baixo conhecimento da população, sendo um fator que a impede de exercer uma participação ativa em torno da gestão das políticas que deveriam assegurar as condições básicas para a comunidade.

Desta forma, para entender de que forma a comunidade se mobiliza em prol de auxiliar na resolução dos problemas, a pergunta 3 traz o seguinte questionamento:

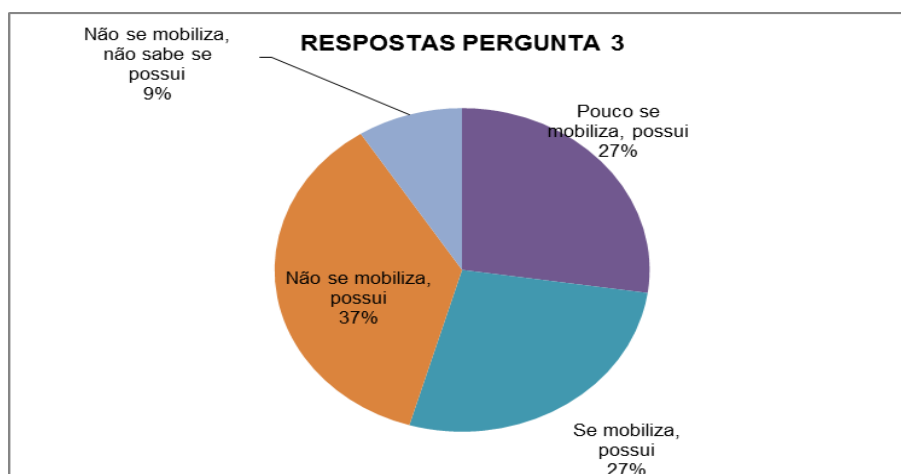
- A comunidade se mobiliza para tomar decisões em prol da coletividade ou possui uma associação de bairros?

Um ponto notório a ser comentado, por meio da exposição do gráfico 3 é que a população mostra apoio aos poucos moradores que resolvem questionar o poder público, mas esse apoio na prática é quase inexistente, pois quando questionados sobre as formas de

mobilização da comunidade 37% dos entrevistados deixaram claro que não se mobilizam, apesar de existir uma associação de moradores, aberta para tentar reunir forças e conseguir melhorias para as condições de vida de todos que ali residem. Outros 27% responderam que sim, a comunidade mobiliza-se e que sim, existe uma associação comunitária, porém 27% opinou que apesar de possuir um conselho comunitário a população pouco se mobiliza. Ainda 9% declararam não haver mobilização e nem saber da existência de uma associação no bairro.

Verifica-se que os moradores que responderam que se mobilizam ou que pouco se mobilizam somam 54% o que revela que mesmo de forma informal existe um movimento entre eles em prol da comunidade. Mas nota-se que a comunidade age de forma autônoma e apoia-se na própria comunidade, como se não esperasse nada do poder público.

Gráfico 3: Resposta da pergunta 3 - percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

Observa-se ainda que alguns moradores vêm exercendo uma participação mais ativa e sabe de sua importância no processo da gestão e planejamento urbano, bem como na preservação do meio ambiente, como é o caso do entrevistado B que afirma ter a percepção da união da comunidade na resolução dos problemas. “Aqui na nossa comunidade somos unidos e temos uma associação muito ativa e engajada a resolver os problemas. Resolvemos o que podemos internamente ou pedimos auxílio para a prefeitura”.

Importante expor as palavras da Liderança C ao ser questionado sobre a mobilização dos moradores:

[...] em todo momento estou na câmara de vereadores, gabinete da prefeitura cutucando, eu na real já saí até daqui do bairro para ajudar pessoas em toda a cidade de Foz do Iguaçu. Tenho registrado por meio de fotos o meu projeto social, com crianças que eu oriento. A gente participa muito. Porém o poder público não me ajuda e todos os pedidos que eu fiz ao poder público foi negado, não tem políticos envolvidos no meu projeto, tanto que nas festas não os convido, pois nestes momentos eles querem aparecer. As festas que promovo para as crianças no natal, por exemplo, os empresários que me ajudaram, tenho muitos amigos [...].

Ou seja, é notório que as formas de mobilização são de caráter assistencial, em torno de ajudarem uns aos outros com os recursos próprios, muitas vezes vindos da própria comunidade ou de empresários locais que ajudam de alguma forma.

Os projetos sociais realizados pela Liderança C envolvem aulas de tênis e futebol para crianças em situação de vulnerabilidade social

com o intuito de tirá-las das ruas onde podem se envolver com a criminalidade. Além disso, o morador ajuda a comunidade de variadas formas, inclusive com consertos nas residências, angariando fundos para doações de tudo que a comunidade venha precisar e está no seu alcance.

Importante investigar também as formas de mobilização presentes na comunidade. Assim, a pergunta 4 busca elucidar:

- De que forma a comunidade vem se organizando para influenciar no desenvolvimento das políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos moradores?

O gráfico 4 aponta um percentual de 64% para a ausência total de organização para influenciar no desenvolvimento das políticas públicas para melhorar a qualidade de vida dos moradores. 9% dos moradores responderam que se organizam por meio de grupos em redes sociais, faixas publicitárias fixadas em vias públicas mostrando o descontentamento da comunidade para com as políticas públicas ou se mobilizam para unir forças e fundos para resolver problemas urgentes, relacionados aos alagamentos como doações de móveis e materiais de construção em geral. 9% afirmam reunir-se no conselho comunitário de forma informal para debater assuntos pertinentes. Outros 9% afirmam reunir-se de maneira informal ou realizam mutirão para ajudar a vizinhança frequentemente vítimas das enchentes e 9% mencionaram que cobram de maneira informal sem obter resultados.

Se reunir o percentual que se mobiliza de alguma forma tem-se 36% para a mobilização social, onde nota-se que os moradores se

unem para resolver questões urgentes e ajudar a comunidade já que o poder público não se faz presente.

Gráfico 4: Respostas da pergunta 4 - percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

Diante da ausência do poder público, nota-se que a comunidade faz o que é possível dentro de suas condições arregaça as mangas e se mobilizam para encontrar soluções, mesmo que momentâneas ou resoluções de forma paliativa para resolver algo emergencial.

Quanto às formas de mobilização, na atualidade a utilização das redes sociais tem contribuído para a união da comunidade na perspectiva de uma participação ativa que demonstre a necessidade dos moradores e a sua insatisfação com a gestão do município na promoção das políticas públicas prioritárias para a região. Assim, a Liderança A explica:

Nós temos feito muita coisa através da TIC (tecnologia da informação e comunicação) como os grupos fechados do whatsapp, e-mail, faixas e mobilização para arrecadar recursos, limpezas de nascentes, preservando o meio ambiente através de mutirão, reivindicando políticas públicas, mas com a pandemia estamos agindo mais através da TIC e também através de protocolos nas secretarias.

Nós queremos que o nosso bairro por ser independente e ter a liberdade de expressão possa poder falar o que quer e o que pensa [...].

Importante destacar que atualmente as mobilizações têm ocorrido de forma mais digital, principalmente por conta da tecnologia da informação que com a globalização também passa fazer parte da vida na comunidade, conforme menciona a moradora.

A pergunta 5 procura analisar:

- Quais iniciativas e ações da comunidade foram adotadas para melhorar a vida dos moradores?

Conforme exposto no gráfico 5, 37% dos entrevistados não reconhecem nenhum tipo de iniciativa ou ações da comunidade para melhorar a vida dos moradores. Porém, 45% apontaram a existência de algum tipo de mobilização na comunidade em prol de uma melhor qualidade de vida. Apenas 18% não souberam responder.

Gráfico 5: Respostas da pergunta 5 - percentual



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa de campo.

As mobilizações citadas acontecem sempre que uma área é atingida por alagamentos ou enchentes e os moradores precisam reconstruir sua moradia, pois perde a construção, móveis, roupas e insumos. Conforme a Liderança B essa situação é muito comum e o mesmo relata:

Quando chove tem gente que perde tudo, aí ajudamos com mutirão, roupa, calçado, pois a água que desemboca lá de cima despeja toda aqui, a boca de lobo não suporta e estraga tudo[...]. Então, fazem passeata, chamamos a imprensa e nos mobilizamos para ser atendidos. (LIDERANÇA B).

O morador acrescenta que o cuidado com o meio ambiente e a redução da degradação deve partir também dos moradores e não ficar apenas a mercê da gestão pública. O mesmo menciona que é comum o acúmulo de lixo a céu aberto ou o descarte inadequado de

lixos no rio e que apenas uma pequena parte da comunidade está preocupada em participar dos mutirões organizados por ele informalmente. Segundo o entrevistado, ele às vezes tem que usar estratégias que atraia o engajamento da população, que por vezes só é possível quando envolve festas, churrascos e encontros informais onde organiza-se uma mobilização no improviso para resolver alguma questão urgente como um campo tomado de lixo e mato que traz risco à saúde da população e precisa ser roçado, por exemplo.

Diante deste panorama é possível afirmar que a mobilização social é entendida pelos moradores como uma forma de se ajudarem entre si e a ideia de cooperativismo é praticada, mas não no sentido mais amplo. Esta lacuna fica a mercê daqueles que tem vontade, mas não participa, ou participa, mas não sabem quais são os seus direitos e também daqueles que participam ativamente, mas não conseguem resolver todos os problemas porque precisam de ajuda do poder público e este por sua vez se mostra ausente. Percebe-se que na prática existe uma contradição quando se fala na importância da participação social. No fundo essa ideia pode não agradar muito o setor político.

Para Lopes e Souza (2019) a mobilização descrita pelos moradores entrevistados, tem um potencial a ser explorado, pois permite que a troca de experiências ou junção de ideias converta-se em indutores de desenvolvimento que vão trazer melhorias aos sujeitos de tal localidade. Além disso, o interesse pelo bem coletivo pode levar ao crescimento local e transformar a realidade social dos

atores, principalmente por meio da participação dos mesmos de maneira que estes a sejam o foco central na tomada de decisão.

Verifica-se que nesta conjuntura o associativismo como uma mobilização social passa a ser uma ferramenta de grande auxílio no enfrentamento das desigualdades sociais. Porém não pode negar que essa força indutora deve estar articulada ao poder público e privado, formando o que Sant'Anna e Oliveira (2019, p.16) denominam como “arranjos políticos entre os diferentes segmentos de atores presentes no território”, combatendo assim as desigualdades sociais, por meio de novas oportunidades possibilitando na melhoria da qualidade de vida da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à pandemia do novo Coronavírus, não foi possível uma maior exploração em campo devido à dificuldade de contato com a população, e em respeito às normas sanitárias do município em relação ao isolamento domiciliar e distanciamento social. Ainda assim, foi possível obter as conclusões necessárias às respostas das questões norteadoras da pesquisa e entender quanto à percepção da população em relação a sua realidade.

Ao investigar a origem das comunidades em torno do Rio Mimbi, constatou-se que dentre os fatores que mais interferiram no contexto da urbanização de Foz do Iguaçu foi à busca por emprego e moradia, mas com o término das obras da barragem da Usina de Itaipu Binacional, as pessoas mais pobres não tinham para onde ir e resolveram ficar na tentativa de refazerem suas vidas, aproveitando o

ciclo do turismo de compras, tendo em vista que tal ciclo movimentou o comércio e a economia local. Desempregadas, sem condições financeiras para retornar aos seus locais de origem ou adquirir moradia de forma legal, no intuito de permanecer no município, muitos barrageiros foram realocando-se em torno do Rio Mimbi.

O planejamento urbano do município ficou alheio a esse movimento de ocupação irregular às margens do Rio Mimbi e, como constatado na pesquisa de campo, não desenvolveu políticas públicas que absorvesse as demandas das comunidades. As ocupações irregulares foram crescendo desordenadamente e apresentando muitas demandas para tornar a vida das pessoas um pouco melhor que, infelizmente, não foram sanadas até a presente gestão. Com isso, embora não seja objeto dessa dissertação, pode-se intuir que o Plano Diretor da cidade não cumpre sua função social, principalmente no tange à segregação do território com vistas a redução das desigualdades.

Constatou-se também que a mobilização social e a capacidade de organização social estão presentes nas comunidades do Jardim São Luiz, Jardim São Paulo e Jardim Guarapuava, entretanto ainda carece de força, uma vez que a articulação necessária entre o setor público e privado não acontece.

Nas entrevistas ficou evidente que o povo se vê lutando sozinho e sobrevivendo de forma heroica ao modelo de gestão de Foz do Iguaçu, que pouco absorve as demandas das camadas sociais mais carentes, pois, nas comunidades pesquisadas, os trabalhadores, por

viverem em áreas de ocupação irregular, não têm direito à terra e suas reivindicações não são contempladas no plano de gestão urbana da cidade. É inaceitável que o município, que apresenta grande potencial econômico e territorial, com alta especulação imobiliária, que abriga tantas nacionalidades e explora o turismo, não tenha um planejamento eficaz para melhoria da qualidade de vida da população das áreas de ocupação irregular que vive nas margens do Rio Mimbi.

É importante destacar que os movimentos sociais existentes e a participação da comunidade relatados no presente trabalho são de fundamental importância para a trajetória da população na busca por seus direitos e pela democracia. Por enquanto, as mobilizações e associativismos praticados na comunidade possuem caráter de assistencialismo baseados em ajudar o próximo nos momentos em que a comunidade se vê sem alternativa. Aqui, cabe destacar que as iniciativas que partem dos moradores servem de motivação para que assumam seus papéis e interfiram nas decisões que afetam a vida do coletivo. Esse movimento tende a despertar o verdadeiro espírito das mobilizações, da participação social e do associativismo como formas de impulsionar as ações voltadas à promoção da igualdade social.

A forma como se deu o adensamento urbano no município de Foz do Iguaçu, principalmente nas comunidades estudadas, gerou inúmeras consequências que castigam os mais pobres e dificulta o acesso à moradia digna e a mobilidade tão necessárias para as atividades econômicas.

Assim, a hipótese de que a prefeitura foi ineficaz em planejar, organizar e idealizar políticas habitacionais para a população de baixa renda, principalmente, para a população que ocupou irregularmente as margens do Rio Mimbi, foi comprovada, tendo em vista a situação de abandono e invisibilidade retratada por meio de fotos e da pesquisa de campo. Importante colocar, também, que durante o trabalho de campo o pesquisador buscou respostas dos representantes da gestão do planejamento urbano e do poder legislativo do município, porém não obteve retorno. Nas comunidades pesquisadas, a população vem buscando alternativas para cobrir a ausência do poder público se organizando ou se associando em pequenos grupos de moradores para resolver os problemas econômicos e sociais da comunidade.

Como sugestão de melhorias internas indica-se dois pontos de alta relevância para a comunidade: i) a capacitação de cidadãos para o exercício da atuação política, por meio de cursos gratuitos realizados por voluntários ou pelo poder público e; ii) a busca de parcerias com o setor privado para a implementação de estratégias que favoreçam a população em todas as áreas de desenvolvimento. Afinal, além de habitação a população necessita de saúde, emprego, renda e também do manejo correto do solo e do meio ambiente. Acredita-se que, para todos os âmbitos mencionados, a capacitação e o aprendizado contribuirão, no longo prazo, para a melhoria da qualidade de vida de todos que habitam em ocupações irregulares na cidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista econômica do nordeste**, fortaleza, v. 26, n. 3, 2002.

ANANIAS, Cassol Cassol. **Comentário no Grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]”**, em 23/01/2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/447855413491387/permalink/454259669517628/?sfnsn=wiwspwa&ref=share>. Acesso em 23/01/2022.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de; AZEVEDO, Sergio de; TIMOTEO, Geraldo Marcio. Planejamento urbano e política habitacional. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 7, n. 2, p. 230-254, 2016.

BARDIN. Laurence. **Análise de Conteúdo**. Ed 70. Lisboa 1977.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos Bad**, n. 2, p.85. 2006.

BRAGA, Ruy. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatório Social de América Latina**, v. 8, p. 51-61, 2013.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. **Emendas Constitucionais de revisão**.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 03 de março. 2022

CALIL, Gilberto Grassi. Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 47, 2013.

CASTRO, Bianca Scarpelini; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. **Os problemas de coordenação de políticas públicas: desafios para a gestão ambiental no Brasil**. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/318380352_Problemas_d_e_coordenacao_de_politicas_publicas_desafios_para_a_gestao_ambiental_no_Brasil. Acesso em 15 de janeiro. 2021.

CARARO, João Pedro Fritsch. Geopolítica do Trabalho: panorama da precarização do trabalho em Foz do Iguaçu. **Revista Espirales**, v. 2, n. 5, p. 13-26, 2020.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CARVALHO, Alex Moreira; Moreno, Eleni; Bonatto, Francisco Rogério de O.; Silva, Ivone Pereira da. **Aprendendo Metodologia Científica: Uma orientação para os alunos de graduação**. 3ª. ed. São Paulo: O Nome da Rosa, 2002. 125p.

CONTE, Cláudia Heloiza. O processo histórico da atividade agropecuária em Foz do Iguaçu/PR. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 16, n. 2, p. 6, 2014.

DENALDI, Rosana. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. São Paulo: USP, 2003.

DUARTE, Patrícia. Silva. Costa *et al.* **As doenças de veiculação hídrica**: um risco evidente. VIII Encontro de Pesquisa em Educação. Universidade de Uberaba, 2015.

DUTRA, Maria Clara Santos; VIEIRA, Camila Leal. Percepção da comunidade quanto à necessidade de implantação de medidas de drenagem urbana com controle na fonte: um estudo de caso em uma sub-bacia de Feira de Santana-BA. **Anais do 13º Encontro Nacional de Águas Urbanas**. Feira de Santana, Bahia. 2020.

ENTREVISTADO A, B, C e D. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

HARMS, Elis. **Comentário no Grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]”**, em 23/01/2022. Disponível em:

<https://www.facebook.com/groups/447855413491387/permalink/454259669517628/?sfnsn=wiwspwa&ref=share>. Acesso em 23/01/2022.

FERNANDES, Cláudio. *"Impeachment"*; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/politica/impeachment.htm>. Acesso em 04 de junho de 2021.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. **Buenos Aires, 2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”**, p. 1-4, 2012.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2001. 93 p.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste: plano de ação. *In*: FURTADO, C. **O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)**. Arquivos Celso

Furtado, vol. 3. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009, p. 45.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso me: 01 de abril de 2021.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GERMANI, Giomar Inez. **Expropriados, Terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: 2ª Ed. EDUFBA/ULBRA, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20–31, 2004.

GONÇALVES, Crhistinne Cavalheiro Maymone; BÓGUS, Cláudia Maria. Participação social, planejamento urbano e promoção da saúde em Campo Grande (MS). **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, p. 617-640, 2017.

Grupo “Jardim São Luiz e Três Pinheiros [Independente]” do *facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/447855413491387/permalink/454259669517628/?sfnsn=wiwspwa&ref=share>. Acesso em 23/01/2022.

HONDA, Sibila Corral de Arêa Leão *et al.* **Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP)**. UNOESTE,

2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n1/2175-3369-urbe-7-1-0062.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

IBGE. **Aglomerados Subnormais 2019: Classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19**. Nota técnica. Rio de Janeiro – RJ, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f9d10a1135cdaa0e845108f06b1c00f1.pdf. Acesso em: 27 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Foz do Iguaçu – PR**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0>. Acesso em: 03 fev. 2021.

IBGE. Censo 2020 adiado para 2021. Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/trabalhe-no-censo.html>. Acesso em: 25 fev. 2021.

JACCOUD, L. (orgs). **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. Brasília: IPEA, 2020. 479 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36431&Itemid=448. Acesso em 25 fev. 2021.

JNT (Webtv) - Jornal Novo Tempo. Representante da empresa que realiza obras na região do Jardim São Paulo e São Luiz tenta agredir morador que foi pedir informação sobre alagamento na rua onde

mora. Assista a discussão que por pouco terminou no tapa.

Lembrando que é direito do povo saber o que está errado, principalmente quando se trata de obra pública. Matéria exibida em 12 de janeiro de 2021. Disponível em:

https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/247865760022823/?extid=CL-UNK-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C. Acesso em 04/03/2022.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico:**

Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª. ed. rev. ampla por Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos. São Paulo: Atlas, 2011.

LEONELLO, João Carlos; COSAC, Claudia Maria Daher. O

associativismo como alternativa de desenvolvimento local e

sustentabilidade social. **Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século**, v. 21, n. 6, 2008.

LIDERANÇA A, B e C. Pesquisa de campo realizado de novembro de 2021 até fevereiro de 2022.

LOPES, Ana Araújo; SOUZA, Ivna Herbênia da S. Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário: re-construindo a história da comunidade de salgado, em Serrinha-BA. **Revista Macambira**, v. 3, n. 1, p. 16-35, 2019.

LUCAS, Ademir de. **Organização Rural**. MSc., Dr. Depto de Economia, Administração e Sociologia. ESALQ/USP. 2020. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br> . Acesso em 14 de julho. 2021.

MACHADO, Hébia. **Consequências das ocupações desordenadas decorrentes de invasões irregulares e loteamentos clandestinos.**

Disponível em:

<https://hebiamachado.jusbrasil.com.br/artigos/519458867/consequencias-das-ocupacoes-desordenadas-decorrentes-de-invasoes-irregulares-e-loteamentos-clandestinos> . Acesso em: 03 de março de 2022.

MARICATO, Ermínia. O urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática. **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto**, p. 261-287, 1995.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001

MARTINS, Lavínia Raquel Martins de; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Desenvolvimento histórico turístico estudo de caso: Foz do Iguaçu–PR**. 2010.

MASSONETTO, Ana. Paula *et al.* **Ocupação Irregular em Área de Preservação Permanente (APP): O Caso de Taboão da Serra - SP**.

2011. Disponível em:

<https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/app-narrativa.pdf>.

Acesso em: 17 set. 2019.

MELLO, Jocemir Falcão. Considerações sobre os movimentos sociais no Brasil: uma comparação com o cenário latino-americano no século xx. **Revista Observatório de las Ciencias Sociales en Iberoamérica**, ISSN: 2660-5554 (Vol 2, Número 17, diciembre 2021, pp.104-117). En línea: Málaga, España. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

- MORAES, Marcela Mauta de Barros. **As ocupações irregulares e suas relações com as áreas de risco no espaço urbano de Cariacica-ES: o caso de Porto de Santana**. UFES: Vitória, 2017. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_11432_Disserta%E7%E3o%20Marcela_08-07_revisada.pdf. Acesso em: 16 set. 2019.
- MULLER, Pierre. **La producción de las políticas públicas**. INNOVAR, revista de ciências administrativas y sociales, Colômbia, n. 12, p. 65-75, 1998. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/innovar/article/view/24024/24663>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- NIZO, Renata Di. Escrita Criativa: **O prazer da linguagem**. São Paulo: Summus, 2008. 129p.
- OLIVEIRA, Lucas Alves. **Levantamento dos impactos ambientais e índice de qualidade da água do Rio Mimbi**. UNIAMÉRICA – CENTRO UNIVERSITÁRIO. Foz do Iguaçu - PR, 2019.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de; SOUZA LIMA, José Edmilson de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, v. 6, n. 2, 2003.
- PARO, Denise. **Foz do Iguaçu: do descaminho aos novos caminhos**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2016.
- PDDIS – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável de Foz do Iguaçu. 2017. **Lei Complementar nº 271, de 18 Julho de 2017**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-foz-do-iguacu-pr#>. Acesso em 02 Mar. 2021.

PDDIS – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável de Foz do Iguaçu. 2016. **Análise Temática Integrada**. V.1. Secretaria de Planejamento e captação do Recursos do Município de Foz do Iguaçu. 2016. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=102425>. Acesso em 02 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. A Cidade-Espetáculo e as Favelas Visibilidade e Invisibilidade Social. **Revista Contexto & Educação**, v. 26, n. 85, p. 91-115, 2011.

PEDRO, Jacob. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. 2. ed. Annablume, 2006.

QUEIROZ NETO, Exzolvildres; *et al.* Era das contradições: o direito ao espaço ou o fim da história das cidades?. **Revista Orbis Latina**, v. 1, n. 1, 2011.

REIS, Paula. Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local. **Exedra: Revista Científica**, n. 6, p. 155-172, 2012.

RIBEIRO, Danilo George *et al.* **Metamorfoses na cidade: Tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu**. 2015.

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina; FRASSÃO, Adair José Frasson. **Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidroelétrica Itaipu binacional e seus reflexos na produção do espaço**. XIII Jornada do Trabalho, A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho, 09–12 Outubro, 2012. 2012.

ROCHA, Fernanda. Sobral. **Mutirão como forma de cooperação: uma alternativa para construção de casas da população pobre.** Revista Orbis Latina. 2019. P. 143-156.

ROCHA, Fernanda Sobral. **Das remoções aos conjuntos habitacionais: uma análise da percepção das mulheres chefes de família do bairro Cidade Nova no município de Foz do Iguaçu – PR.** 2018. 132f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu/PR – 2019.

ROCHA, Juliana D.; BURSZTYN, Maria Augusta. **A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local.** Interações (Campo Grande), 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANT'ANNA, Alessandra de; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Os atores locais como promotores de Desenvolvimento Territorial Endógeno. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 35-59, 2019.

SARAVIA, Henrique. e FERRAREZI, Elisabete. (ORGs). **Políticas públicas. Coletânea.** Brasília: ENAP, 2006. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2914/1/160425_coletanea_pp_v1.pdf. Aceso em: 12 nov. 2020.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções.** São Paulo: Cengage Learning, 2016. p. 1-22.

_____. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** – 2 ed – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, Carla. Voltareli Franco. **Planejamento do uso e ocupação do solo urbano integrado ao mapeamento de áreas com risco de inundação**. São Paulo: USP, 2013.

SILVA, Juscelino. **Os métodos científicos: da origem às aplicações gerais**. Revista de Administração & Ciências Contábeis, v. 8, n. 1, p.05. 2016.

SILVA, Jonathan Chasko; ARAÚJO, Alcemar Dionet. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. **Grau Zero—Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 1, p. 17-32, 2017.

SILVA, Micael Alvino. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

SOARES, Artemísia dos Santos; DE AZEVEDO, Francisco Fransualdo. Turismo e Território no Município de Maragogi-AL, Brasil: Processo de Participação Social e o Desenvolvimento Local. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 1, p. 2-23, 2020.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018. 72 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3329/1/Livro_Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf. Acesso em 13 de fevereiro. 2021.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef; SIMÕES, Silvio Jorge Coelho;

TRANNIN, Isabel Cristina de Barros. **A construção da usina hidrelétrica de Itaipu e seu impacto sobre a urbanização de Foz do**

Iguaçu. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisía Maria Duarte

Furquim. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Autêntica, 2018.

TRATA BRASIL. **Manual do Saneamento Básico:** entendendo o saneamento básico ambiental no Brasil e sua importância socioeconômica. Instituto Trata Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

TRATA BRASIL. **Pesquisa saneamento básico em áreas irregulares:** Relatório Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/areas-irregulares/volume2/relatorio-completo-areas-irregulares.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

TUCCI, Carlos. **Águas doces no Brasil:** capital ecológico, uso e conservação. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

TUCCI, Carlos; BERTONI, Juan Carlos. **Inundações urbanas na América do Sul.** Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

VALLADARES, L. P. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

VARGAS, H. L. **Ocupação irregular de app urbana:** um estudo da percepção social acerca do conflito de interesses que se estabelece na Lagoa do Prato Raso, em Feira de Santana, Bahia. Disponível em:

http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/39/1.1_ocupacao_irregular_de_app_urbana.pdf. Acesso em: 17 setembro. 2020.

VILLANUEVA, Luiz F. Aguilar. **Política Pública Una visión panorámica**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD - Bolivia), 2012. Disponível em:

https://www.undp.org/content/dam/bolivia/docs/politica_publica_una_vision_panoramica.pdf. Acesso em 13 de fevereiro. 2021.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno y globalización. **EURE (Santiago)**, v. 26, n. 79, p. 47-65, 2000.

XAVIER, Jackson Francisco de Lima; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: dinâmica econômica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetininga, v. 5, n.2, p. 298-321, 2018.

ZANIRATO, Silvia. *et al.* Comunicação de riscos nos municípios do Vale Histórico Paulista. Experiências de participação social para adaptação e redução das vulnerabilidades em áreas urbanas. **Mudança Social e Participação Política. Estudos e ações transdisciplinares**. São Paulo, Annablume, 2017.